

## **Interpretar as manifestações de junho de 2013?**

Should the demonstrations of June 2013 be interpreted?

José Antonio Rego Magalhães<sup>1</sup>

### **Resumo**

Neste artigo, questiono a ideia adquirida de que as manifestações de junho de 2013 estejam aí para ser interpretadas. Gostaria de mostrar que, quando a sua análise se resume a esse gesto, ela deixa passar uma dimensão essencial do funcionamento desses eventos, da sua função política: a crítica radical, imediata e performativa da esfera da representação conforme ela se apresenta em um dado momento. Nesse sentido, ao relacionar as manifestações à crise da representação, a maneira interessante de fazê-lo não é dizer que as manifestações se referem à crise da representação como sentido a ser transmitido. O que uma manifestação desse tipo faz é, na sua intervenção concreta, obrigar certas instituições a fazer a experiência da crise da representação, deixando-se alterar por ela. Tratarei da relação entre as manifestações de 2013 e duas esferas em que elas foram objeto de interpretação. Em primeiro lugar, dos veículos de imprensa e, em segundo, dos intérpretes acadêmicos/intelectuais que se dedicaram à tarefa de traduzir a “mensagem” das manifestações, definir seu “sentido” etc.

### **Palavras-chave**

junho de 2013; manifestações; violência; representação.

### **Abstract**

In this paper, I question the received idea that the demonstrations of June 2013 in Brazil should be interpreted. I would like to show that, when their analysis is restricted to that gesture, it ignores an essential dimension of those events, of their political function: the radical, immediate and performative critique of the sphere of representation such as it presents itself in a given moment. In this sense, in linking those demonstrations to the crisis of representation, the interesting way to do it is not to say that the demonstrations refer to the crisis of representation as a meaning to be transmitted. Rather, what a demonstration of that kind does is, in its concrete intervention, force certain institutions to go through the experience of the crisis of representation, and thus be altered by it. I will discuss the relation between the 2013 demonstrations and two spheres in which they were the object of interpretation. First the press, and then the academic/intellectual interpreters who undertook the task of translating the “message” of the demonstration, defining their “sense” etc.

### **Keywords**

---

<sup>1</sup> Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

June 2013; demonstrations; violence; representation.

## 1. Introdução

Uma vez consolidado o processo de impeachment da (agora ex-) presidente Dilma Rousseff, chamado por muitos de “golpe parlamentar”, parece vigorar um amplo consenso, no campo político progressista brasileiro, de que as manifestações de junho de 2013 marcaram a “ascensão do fascismo” no Brasil e, assim, configuraram o “ovo da serpente”, que viria a se consolidar no “golpe” de agosto de 2016. Nesse sentido, o que aconteceu em 2013 aparece como fechado para balanço. Acreditamos saber o que aconteceu em junho de 2013 e por que aconteceu. E pior: acreditamos que o que aconteceu foi obviamente um mal, e que, se em algum momento pareceu que algo produtivo poderia se originar daquelas movimentações, isso veio a se provar uma esperança ingênua.

Por outro lado, já à época em que a maioria das opiniões à esquerda eram simpáticas aos acontecimentos de junho, parecia haver uma tendência impensada a ver as manifestações de rua como algo que pedia *interpretação*. Perguntava-se “Qual a interpretação mais correta desse acontecimento?”, “Qual a mensagem das ruas?”, ou, no máximo, “Como interpretar o que acontece?” Em qualquer dessas perguntas, porém, já estava dada, implicitamente, a noção de que o que acontecia precisava ser interpretado. Que o verbo privilegiado aí era “interpretar”, e não qualquer outro.

Na contramão dessa suposição irrefletida, a pesquisa de que este texto se origina procura mostrar que as manifestações de junho de 2013 – como, aliás, quaisquer manifestações (em um certo sentido da palavra que ficará claro mais adiante), ou pelo menos as da geração pós-2011 (convocadas pela internet, sem lideranças e organização claras, difusas, múltiplas) – não estão aí simplesmente para ser interpretadas, e que, quando a sua análise se resume a esse gesto, ela deixa passar uma dimensão essencial do funcionamento desses eventos, da sua função política: a crítica radical, imediata e performativa da esfera da representação conforme ela se apresenta em um dado momento.

Essa constatação tem a ver com a noção, proposta por Walter Benjamin (2011), e recuperada recentemente por Giorgio Agamben (2004; 2010), de “puro meio” – uma

forma de ação humana que não é nem um fim em si mesma, nem um meio dirigido a um fim, mas um puro meio que se libera de qualquer relação de finalidade.

Em “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem”, Benjamin (2011) escreve que a linguagem como puro meio *manifesta-se a si mesma*. Se pensarmos, a partir daí, que uma manifestação manifesta-se a si mesma, e que portanto ela tem uma dimensão de puro meio, então podemos pensar que, nessa dimensão, a manifestação não se refere a nenhum significado transcendente, que careça de ser recuperado na interpretação, mas apenas se mostra, e mostra-se justamente *enquanto irreduzível à esfera da representação*.

Nesse sentido, ao relacionar as manifestações – como frequentemente é feito – à crise da representação, a maneira interessante de fazê-lo não é dizer que as manifestações *se referem* à crise da representação como sentido a ser transmitido. O que uma manifestação desse tipo *faz é*, na sua intervenção concreta, obrigar certas instituições a *fazer a experiência* da crise da representação, deixando-se alterar por ela.

Neste artigo, tratarei da relação entre as manifestações de 2013 e duas esferas (que, cada uma à sua maneira, podem ser consideradas privilegiadas) em que elas foram objeto de interpretação. Colocarei, assim, a questão de qual foi o papel, em primeiro lugar, dos veículos de imprensa e, em segundo, dos intérpretes acadêmicos/intelectuais que se dedicaram à tarefa de traduzir a “mensagem” das manifestações, definir seu “sentido” etc. Usarei aqui, como paradigma para a discussão, alguns textos incluídos na compilação “Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, organizado pela editora Boitempo, um dos livros mais difundidos, na sequência a junho de 2013, sobre o assunto.

## **2. Os meios e seus fins**

Maria da Glória Gohn (2014, p.72) ressalta que a mídia escrita, a TV, o rádio e a internet foram, em junho e na sequência, “muito mais que veículos de transmissão dos acontecimentos”. Esses órgãos condicionaram o próprio desenrolar das manifestações, seja noticiando-as com destaque, em manchetes diárias, divulgando convocações, seja transmitindo-as em tempo real. Essas instâncias, porém, não serviram apenas para capturar os acontecimentos e reduzi-los a uma dada interpretação, embora isso seja em

grande medida a sua função. Elas também foram espaço privilegiado para a desestabilização simbólica operada pelas manifestações. Bucci (2015, p.438) lembra que, se por um lado “a exploração do olhar social [pela mídia] como força constitutiva e força produtiva da significação da imagem permitiu o estabelecimento de signos como *manifestantes pacíficos* em oposição a *vândalos*”, ela por outro lado “resultou na construção de auras românticas associadas a certos figurinos, em especial os *black blocs*, e catapultou, em reação imediata, a adesão das multidões às passeatas” quando mostrou, ainda que contra a própria narrativa, a brutalidade da repressão policial contra manifestantes aparentemente pacíficos.

Qual dessas dimensões predomina? É verdade que, por um breve momento, os meios de comunicação tradicional serviram para canalizar a energia das manifestações com uma força que hoje ainda parece exceder a capacidade das redes sociais horizontais. Mas isso, de certo modo, não passou de um curto-circuito que pôde ser resolvido em pouco tempo. É claro que a transmissão da imagem dos *black blocs* serviu para inflamar o espírito revolucionário do público, ainda que a mídia a veiculasse com clara reprovação, o que leva Bucci (2014, p.412) a levantar a questão se “as câmeras não idolatraram aquilo que, nos microfones, os apresentadores rejeitaram”.

Por outro lado, a mesma mídia demorou muito pouco para pôr em ordem o aparato interpretativo necessário para domesticar as manifestações, instrumentalizando a imagem dos próprios *black blocs* nesse intuito. Vários autores comentam a “clivagem entre ‘pacíficos’ e ‘baderneiros’” (Rolnik, 2013) estabelecida, a partir de um dado momento, pelo discurso midiático. “A tela que nos apresenta as manifestações encontra dividida”, observa Silvia Viana (2011, p.57), “de um lado, imagens verde-e-amarelas, de outro, cenas vermelhas”. “Desde que depurada dos vândalos, a passeata torna-se aceitável” (Secco, 2013, p.72). Por isso mesmo, é claro, faz-se inofensiva. Cabe atentar aqui para o uso do termo “passeata”, em lugar de “protesto” ou “manifestação”.

Com efeito, a manifestação meramente legítima torna-se uma passeata, um simples passeio. Um grupo de cidadãos no exercício legítimo do seu direito de manifestação não tende a trazer nenhuma interrupção no fluxo de auto-reprodução do direito. A demanda legítima expressa aí já faz parte do mundo do direito. Não força as suas formas. A manifestação perde o seu potencial de promover uma ruptura no ciclo do direito, de desestabilizá-lo ou de suspendê-lo. A manchete do jornal O Estado de São

Paulo, “Violência nos atos ofusca movimentos pacíficos” (Manso, 2013, grifos meus) é representativa. No texto, porém, após se referir ao “desafio que as forças de segurança e de imprensa estão enfrentando” para lidar com a violência nas manifestações, a matéria curiosamente deixa escapar que a mesma violência “vem se consolidando como a forma mais eficiente de fazer reverberar os protestos *que passariam em branco se ocorressem pacificamente*”.

Bucci (2015, p.416) afirma que a “operação semântica insistente” dos noticiários em “tachar os *black blocs* de vândalos, contrapondo-os aos demais, designados de manifestantes pacíficos” tinha como propósito “prevenir e educar os novatos em passeatas, para que não enveredassem para a pancadaria”. Me parece, contudo, que há uma inteligência ainda mais profunda e interessante nessa operação, ainda que ela funcione sem consciência. Ela não é de mão única, no sentido de condenar os “vândalos” e legitimar os “pacíficos”, mas de mão dupla. De um lado, os “vândalos”, manifestantes cujas demandas não são evidentemente legítimas, ou que exercem alguma violência (física ou não) externa aos fins do direito, ameaçando deslocar suas estruturas, têm sua relação com o direito anulada através de uma operação que estabiliza e define sua violência como não tendo nada a ver com o direito. Do lado oposto, a passeata dos “pacíficos” não oferece nenhum desafio ao estado presente do direito, despida de qualquer elemento de força que pudesse suspender, temporariamente, as estruturas interpretativas que definem direitos e não-direitos.

Vista assim, a violência interpretativa promovida pela mídia, ao operar a clivagem entre “legítimos” e “vândalos”, não fez menos do que separar e isolar os dois elementos que, em sua discussão da “Crítica da Violência” de Walter Benjamin, Jacques Derrida admite como duas dimensões da desconstrução: de um lado, a violência jurídica, legível mas incapaz de decidir, de outro, a violência pura, ilegível mas decisiva, no sentido de permitir uma suspensão temporária do direito. Qualquer das duas violências, operada essa separação bem definida, torna-se incapaz de transformar o direito. A cisão promovida pela mídia consegue pôr em marcha um dispositivo de interpretação que desarticula o potencial da manifestação de alterar o direito. Ela separa a comunicação como discurso domesticado e a ação como pura destruição, de uma forma que anula a potência do acontecimento como tal.

É claro que a separação entre “pacíficos” e “vândalos” não é o único mecanismo que foi operado a fim de domesticar as manifestações. Um grande exemplo, em que diferentes instituições aparecem agindo em concerto, é o dos fatos que se seguiram à morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão no dia 6 de fevereiro de 2014. Sobre os dois manifestantes mascarados registrados em vídeo passando e colocando o rojão, o delegado Maurício Luciano de Almeida, da 17ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro logo sentencia através da imprensa: “Não tenho a menor dúvida de que os dois agiram com a intenção de matar quando lançaram o artefato explosivo” (Ramalho, 2014). Discurso semelhante é reproduzido pela maioria dos órgãos da grande mídia, muito embora o próprio vídeo da cena, reproduzido à exaustão na televisão e na internet, deixe evidente a impossibilidade de que o trajeto feito pelo artefato pirotécnico pudesse ter sido determinado de antemão – o que mostra o poder que tem uma moldura interpretativa, mesmo sobre a imagem nua.

A partir de então o fato é instrumentalizado<sup>2</sup> pelas autoridades e a mídia como forma de criar uma “temporada de caça aos *black blocs*” (Barón, 2014) nas manifestações pós-junho que vinham adentrando 2014, ano da Copa do Mundo. Ademais, como notícia El País (Rossi; Bedinelli, 2014), “a morte de Andrade ocorre nas vésperas da votação de um projeto de lei<sup>3</sup> que define o crime de terrorismo no país”, que poderia servir para enquadrar manifestações e movimentos sociais. As tentativas relativamente explícitas das autoridades brasileiras de enquadrar manifestantes como terroristas, de modo a resguardar a segurança do megaevento da FIFA, renderam críticas da parte de organismos voltados à defesa dos direitos humanos como a Anistia Internacional, que lançou um relatório afirmando que “ao abranger também os delitos

---

<sup>2</sup> O jornal El País noticia que “o falecimento do profissional da TV Bandeirantes atingido por um explosivo no Rio representou uma inflexão na forma como o Estado lutará contra a violência do movimento *black bloc*” (Barón, 2014). Segundo a matéria, “os grupos violentos, que inclusive chegaram a contar com o apoio e a compreensão de parte da população brasileira durante a eclosão das manifestações em junho [...], parecem ficar cada dia mais sós em sua cruzada particular contra a Copa do Mundo, os aumentos do transporte, o sistema educacional vigente, a corrupção e, definitivamente, essa maionese que chamam ‘sistema’”.

<sup>3</sup> O Projeto de Lei 728 de 2011, de autoria de Romero Jucá, senador pelo estado de Roraima, viria “tipificar como terrorismo o ato de destruir ou explodir meios de transportes ou qualquer bem público ou privado, com a pena máxima de até 30 anos” (Rossi; Bedinelli, 2014). Segundo sua ementa, o projeto “define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências”. Ele terminou sendo rejeitado em 12 de novembro de 2014.

contra a propriedade, [a legislação] suscita a preocupação de que seja [usada] para processar manifestantes que cometam atos de vandalismo”<sup>4</sup> (González, 2014). El País noticia que, para Romero Jucá, senador que propôs a lei, “é importante que [ela] seja aprovada antes da Copa do Mundo”. “Este é justamente o ponto de oposição”, adiciona a matéria: “acredita-se que o projeto de lei é de interesse da FIFA, assustada diante das manifestações constantes que vêm ocorrendo no país”.

Diante desse tipo de manobra institucional orquestrada, voltada a deslegitimar manifestações posteriores a junho e a favorecer o endurecimento da repressão estatal, cumpre ressaltar a importância das iniciativas de mídia livre, por exemplo Coletivo Carranca, Mídia Independente Coletiva (MIC) e Coletivo Mariachi. Há ainda o caso especial do coletivo Mídia NINJA, cuja relevância em 2013 foi grande, mas que, com o tempo, foi passando a atuar cada vez mais claramente como um departamento “jovem” de marketing partidário, trocando o calor das ruas pela reprodução de memes e *hoaxes* ligados à política tradicional. De todo modo, as organizações de mídia livre conseguiram, em 2013, disputar com a imprensa tradicional a produção de narrativas sobre os acontecimentos de junho e subsequentes, chegando a apresentar-se, especialmente nos momentos mais iniciais de junho, como principal meio de transmissão de conteúdo sobre as manifestações (Gohn, 2014).

Esses dispositivos de representação, que poderiam ser chamados contra-hegemônicos, são especialmente interessantes pelo seu caráter interpretativo mínimo, isto é, pelo fato de que, enquanto as transmissões da mídia tradicional tendem a incluir comentários e recortes que oferecem um quadro interpretativo bem delineado aos conteúdos, a mídia livre tende a deixar fluir a informação de forma mais crua, por exemplo através do streaming de vídeo direto da manifestação, ou da divulgação de pequenos cliques nas redes sociais que, embora selecionados, não costumam vir acompanhados de comentário. Esse tipo de transmissão mais imediata – embora, é claro, nunca desprovido de algum grau de parcialidade – tende a favorecer a possibilidade de que outras interpretações, diferentes daquelas determinadas pelas

---

<sup>4</sup> A Anistia Internacional expressou seu descontentamento através de um ato conjunto em Roma, Haia, Santiago do Chile, Assunção, Brasília e Madri. No protesto, vários ativistas vestidos como árbitros mostravam um cartão amarelo às autoridades brasileiras. O referido relatório fala em uma “estratégia de medo” reforçada pela possibilidade da presença do Exército na contenção de manifestações durante a Copa do Mundo. Ele ainda qualifica a atuação da polícia em manifestações como “violenta e abusiva” e ressalta que, apesar do número de incidentes violentos de que se teve conhecimento, não houve nenhum agente processado. (González, 2014)

instituições políticas ou midiáticas tradicionais, possam se desenvolver em torno dos acontecimentos, sem sobredeterminá-la excessivamente de antemão.

### 3. Guerra de interpretações

Raquel Rolnik (2013, p.8) abre sua apresentação ao volume *Cidades Rebeldes* comentando o editorial de um periódico francês, que ela descreve como exemplo da “ladainha do fundamentalismo neoliberal, apontando o elevado custo do trabalho, a alta carga tributária e a corrupção como os responsáveis pelo grande descontentamento manifesto nas ruas”. Sem dúvida uma crítica pertinente, na medida em que a abordagem em questão parece preocupada antes em projetar seus próprios axiomas no acontecimento interpretado do que em perguntar-se sobre esse acontecimento. Abordagens desse tipo parecem partir do seu ponto de chegada, tomando por evidente aquilo que deveria aferir, isto é, o que dizem as “vozes das ruas”. A sua crítica é pertinente.

Logo em seguida, contudo, Rolnik faz referência a uma “guerra de interpretações das vozes rebeldes” e enaltece a “bela e forte tentativa de interpretação” das manifestações de junho empreendida pelos pensadores reunidos na compilação. Coloca-se, assim, uma questão importante: Como garantir que interpretações pela esquerda, como as compiladas em *Cidades Rebeldes*, não padeçam do mesmo vício, isto é, que não imponham sobre os acontecimentos um vocabulário pré-pronto que traga consigo suas conclusões interpretativas? Ademais, posto o que foi discutido até aqui, não se trata simplesmente de rejeitar interpretações simplistas, impositivas ou equivocadas do fenômeno em questão mas, antes disso, de colocar a questão se um acontecimento dessa ordem demanda interpretação, se sua interpretação é possível ou desejada, e em primeiro lugar o que significa interpretar uma manifestação.

O intérprete é aquele que descobre o sentido por trás de algo. Interpretar um fenômeno implica em que seu sentido não se dá obviamente, que é preciso descobrir o seu sentido oculto. Como foi visto ao longo deste trabalho, a interpretação, em sentido estrito, está do lado do direito, da linguagem como instituição e da garantia forçada de um vínculo entre significante e significado. O que é interpretar uma manifestação, se tomarmos tanto o verbo quanto o substantivo ao pé da letra? Se aquilo que meramente



se manifesta difere daquilo que relaciona-se como meio a um fim, a manifestação seria então, por definição, aquilo que não representa nada, que não se refere a nada, que não simboliza ou significa nada (nenhuma ideia, nenhum conceito, nenhum sentido), mas apenas manifesta a si mesmo.

É claro que esse não é o único sentido da palavra “manifestação”, e que não é preciso tê-lo em mente ao usar a expressão como sinônimo de “protesto”. Não obstante, a reflexão concerne à questão que importa aqui, isto é, em que medida faz sentido falar em interpretar uma manifestação. Afinal, não seria uma manifestação de rua algo cujo sentido é evidente? Em outras palavras, não estaríamos errados em procurar mais atrás ou mais fundo um sentido para além do que claramente se dá a ver? Não deixamos, assim, de vê-lo? Uma manifestação de rua, no sentido etimológico da palavra, é uma coisa *óbvia*. Ela está *ob via*, ou seja, de frente à rua, e é impossível não vê-la. Mais que isso, é impossível ignorar seus efeitos, pois sua natureza é tão material e concreta quanto poderia ser – a passagem torna-se impossível. Sua apresentação é a forma concreta e palpável da aporia, do não-caminho, isto é, daquele ponto em que, segundo Derrida (2005) afirma em *Força de Lei*, se dá qualquer desconstrução.

Cabe levantar aqui a questão se não há pelo menos certos aspectos das manifestações que não têm nada a ver com o plano daquilo que pode ou deve ser interpretado. Diante dela, seria interessante levar em conta uma distinção instrumental entre a manifestação e o protesto. Essa distinção, que é estabelecida aqui para fins de raciocínio, corresponde àquela discutida por Derrida (2005), em *Força de Lei*, entre a dimensão legível mas indecível da violência jurídica e a dimensão ilegível mas decisiva da pura força. A manifestação é por definição ilegível, mas é decisiva, se impõe, enquanto o protesto deve ser legível pelo seu destinatário, mas não decide por ele. Seguindo ainda o paralelo, a dimensão do legível pertence ao mundo do direito, ao passo que a dimensão ilegível é absolutamente externa ao direito.

Para Derrida, ambos aspectos da violência são indispensáveis à desconstrução. O protesto permite a participação em uma hermenêutica do direito que é essencial para qualquer negociação que procure transformá-lo. Já a manifestação é capaz de gerar a suspensão desse aparato hermenêutico, sem a qual a transformação em questão é impossível. Procurarei, tendo em mente essas considerações, analisar algumas das produções teóricas mais simpáticas aos acontecimentos de junho, para verificar em que

ponto elas de fato os favorecem, e em que pontos, ao contrário, correm o risco de domesticá-los.

#### 4. Agendas

Rolnik (2013, p.8) continua a já mencionada introdução afirmando que “os autores desta coletânea apontam várias agendas como o epicentro do terremoto”. Não é preciso, é claro, nos apressar a condenar essa iniciativa, que é necessária. Como foi visto, não basta que haja um acontecimento se não somos capazes, em alguma medida, de traduzi-lo em discursos e erguer, a partir dele, instituições. Ainda assim, uma vigilância muito especial é necessária no momento dessa tradução. Em especial, desse trecho específico, interessam aqui as expressões “*agenda*” e “*epicentro*”.

Toda agenda pertence, é claro, à ordem do calculável. O agendado, o que se agenda, é projetado com data e hora específicas. É, portanto, da ordem do futuro, e não do porvir; do antevisto, e não do que irrompe. Uma agenda não é senão um quadro de referência pré-estabelecido do futuro. Nenhum acontecimento, no sentido estrito, pode ser, portanto, agendado. Uma descrição das agendas de um movimento só pode incluir aquilo que já se conhece, nunca o que traz de novo. O mesmo vale para a expressão “pautas”, usada<sup>5</sup> como sinônimo de “agendas”. Pautar alguma coisa não é senão impor sobre ela uma regra. Pauta é um papel regrado, ou o molde com que se regra esse papel, um regulamento, um modelo, ou ainda um rol, uma lista, uma relação. Pautar um movimento é, portanto, impor sobre ele uma normatividade, normatizá-lo e normalizá-lo a partir de uma autoridade.

Há ainda a noção de *epicentro*. A ideia de centralização, como Derrida (1967c) mostra, por exemplo, em “Estrutura, Signo e Jogo”, traz consigo a conotação estruturalista de uma organização forçada do jogo de significantes. É preciso traduzir o acontecimento na linguagem, (Derrida, 2002) mas a imposição demasiado rápida de um centro, reduzindo desde logo a novidade do acontecimento àquilo que pode ser conhecido, medido ou normalizado traz, como sugeriu Žižek (2012a), a ameaça do “*clinch*” dos discursos já estabelecidos, não dando tempo para que o acontecimento, por assim dizer, encontre a sua própria linguagem.

---

<sup>5</sup> Lincoln Secco (2013, p.72), por exemplo, introduz uma distinção entre “pauta popular” e “pauta de massas”, que será discutida em seguida.

Mesmo Gohn (2014, p.142) ressalta que “o grande problema” da abordagem de muitos pensadores sobre os acontecimentos de junho “é o fato de considerarem os jovens e as manifestações como um todo, um bloco homogêneo”. Para ela, muitos autores “fazem uma leitura com os óculos de uma dada abordagem e, como não encontram os elementos dessa abordagem nas manifestações, descaracterizam-nas”.

Nesse sentido, seria preciso evitar produzir interpretações simplesmente marxistas ou simplesmente “de esquerda”, da mesma forma que deve-se evitar produzir interpretações neoliberais ou “de direita” sobre o que aconteceu. Em qualquer dos casos, o que se perde na tradução é justamente “a eventualidade do evento” (Derrida, 2005). Seria preciso produzir, digamos, interpretações *juninas* dos acontecimentos de junho, ou pelo menos deixar que qualquer “marco teórico” que se utilize para traduzi-los seja, em alguma medida, afetado e deslocado por eles de formas imprevisíveis. Não simplesmente submeter junho a uma interpretação marxista, mas submeter o marxismo a junho – da mesma forma que, como disse Caetano Veloso em uma entrevista, há menos interesse em pensar o que seria um Brasil civilizado do que em pensar o que o Brasil faria com a ideia de civilização.

O próprio espectro que assombra não só a Europa, mas toda discussão política contemporânea – o chamado “espectro político” – não passa de mais uma instituição cujas distinções, pautadas entre “direita” e “esquerda”, estão, a qualquer momento, sujeitas a ser deslocadas por um acontecimento.

## **5. Pautar a manifestação**

Lincoln Secco (2013, p.72) traça, em sua contribuição para *Cidades Rebeldes*, uma distinção entre “pauta popular” e “pauta de massas”.

O que ele chama de “pauta popular” é aquela organizada “de baixo para cima” nos dias iniciais das manifestações de junho, entre as quais a questão da tarifa do transporte era central. Já a “pauta de massas” é a “que veio de cima para baixo”, isto é, o conjunto das demandas difusas e mais moralizantes, voltadas especialmente à questão da corrupção, que foram menos o produto de qualquer articulação entre agentes nas próprias manifestações do que elaborações interpretativas introduzidas pelos meios de comunicação. Secco afirma que “a linguagem de cima é apelativa como a publicidade”,

ao passo que “a de baixo assemelha-se ao jogral, escolhido pelo MPL em contraposição ao tradicional uso de carros de som e palanques”.

A distinção é interessante e iluminadora. Em especial, ela cumpre a importante função de expor a violência interpretativa exercida pelos meios de comunicação, discutida na parte inicial do presente texto, através do grande aparato institucional de que dispõem, ao pautar “de cima para baixo” os protestos.

Ao mesmo tempo, sua abordagem da chamada “pauta popular” parece demasiado inocente quanto à sua própria violência, à sua própria autoridade. É claro que há uma diferença entre a forma como o MPL pauta as manifestações e como a grande mídia o faz, na medida em que o movimento em questão é interno à agência das manifestações, além de se organizar da buscando a horizontalidade. O que parece escapar, contudo, ao intérprete acadêmico, é que o enquadramento de certos conteúdos como “pauta popular” não se dá por si mesmo. Ordenar e classificar esses conteúdos, bem como instituir uma distinção entre tipos de pautas (implicando uma diferença de legitimidade) está longe de ser possível, da parte de um observador externo, como uma operação neutra e não-violenta. Por mais “populares” que sejam certas pautas, sua classificação como tal por qualquer observador dependerá sempre de um exercício de conhecimento como poder da parte deste, sob a sua autoridade.

Secco (2013, p.72) acerta ao chamar a atenção para o fato de que “apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação”. Ao mesmo tempo, resta a questão: Quem está autorizado a “produzir” esses temas? É possível que o formato das manifestações como as temos visto impossibilite, por uma carência, por assim dizer, de meios de produção adequados, que elas próprias produzam sua linguagem, pelo menos no curto prazo. Nesse caso, talvez não haja outra alternativa a não ser estender aos intelectuais (“orgânicos” ou não), o papel de produzi-los, isto é, de “pautar” a manifestação, de estabelecer suas “agendas”. Mas é sempre importante lembrar, antes de mais nada, que esse exercício de conhecimento e representação não difere, em sua natureza, do desempenhado pelos próprios veículos de imprensa.

É possível que sobre a negociação entre essas duas necessidades – de um lado, a de conservar o espaço criativo das manifestações; de outro, criar discursos institucionais a fim de articulá-las em alguma medida – não haja nada que possa ser dito

de antemão. Trata-se de decisões econômicas e estratégicas que deverão ser tomadas a cada vez, diante das circunstâncias contingentes. Ao mesmo tempo, a consciência da inevitável violência dessa operação deve ser ressaltada, para que a vigilância necessária não deixe de acompanhá-la, o que seria pressuposto de uma relação ética com a alteridade que se manifesta.

## 6. Antipartidarismo

Um dos exemplos mais marcantes de como certas interpretações, mesmo vindas da esquerda, são capazes apagar a possível novidade sob uma classificação preconcebida é a sua rígida condenação a um certo “antipartidarismo”<sup>6</sup> que surgiu nas manifestações.

Secco (2013, p.72) toma por evidente que “aqueles que expulsaram as esquerdas das ruas” – ou seja, os grupos que reagem violentamente às bandeiras de partidos – eram um mero produto da “doutrinação” midiática, isto é, de uma ideologia imposta “de cima para baixo”. Rolnik (2013, p.11) não demora em classificar o mesmo fenômeno como “fascista”. Essa interpretação parece ter sido comprada imediatamente pela maioria da esquerda, muito embora haja um grau de consenso de que “a democracia representativa está em crise” (Gohn, 2014, p.64), bem como de que essa crise da representação e da legitimidade das instituições guarda relação importante com o advento das manifestações.

Não estaria essa esquerda se apressando em suas conclusões? É claro que a tendência “antipartidária” em questão foi confusa e talvez mal direcionada em seus alvos. A violência contra manifestantes com bandeiras, considerada em si mesma, é problemática. Mas interpretar essa violência mais ou menos extraviada como uma evidente versão do fascismo é descabido – e não apenas pela banalização inconsequente do termo. Que a rejeição aos partidos seja uma característica do fascismo não significa que haja algo essencialmente fascista em toda e qualquer rejeição à representação partidária. Afinal, se os mesmos intelectuais e acadêmicos diagnosticam uma profunda

---

<sup>6</sup> No dia 17 de junho de 2013, representantes de partidos políticos foram impedidos de levantar bandeiras em São Paulo (Figueiredo, 2014b). Gohn (2014, p.42) escreve que “todas as bandeiras partidárias [eram] rejeitadas nas manifestações, gerando inclusive tumultos” em torno dos que insistiram em desfraldá-las, que “eram hostilizados”.

crise da representação, por que presumir que esse repúdio à representação só pode ter sido produzido “de cima para baixo”, pela mídia? Mídia essa que, aliás, foi outra instância de representação rejeitada enfática – e mesmo violentamente – pelos manifestantes de junho.

Vladimir Safatle, antes mesmo de 2013, já clamava:

Podemos não saber o que vai acontecer no futuro, que tipo de nova organização política aparecerá, mas sabemos muito bem onde acontecimentos não ocorrerão. Com certeza não nas dinâmicas partidárias. Você tem uma força de pressão enquanto está fora do jogo partidário. Quando entrarmos nele, tal força diminui. Então, conservem este espaço! (Safatle, 2012b, p.55)

Uma violência muito intensa se manifesta, de forma ainda precária e sem um programa propositivo, mas ela parece colidir com tudo aquilo que procura representá-la de alguma forma. Partir imediatamente para conhecê-la em termos de alguma teoria é procurar representá-la por outros meios e barrar a possibilidade do novo.

Talvez reconhecer que *algo aí acontece, e que ainda não sabemos o que significa* – a relação traçada por Idelber Avelar (2014) entre os acontecimentos de junho e a canção “*Ballad of a Thin Man*”, de Bob Dylan, não poderia ser mais iluminadora – seja, pelo menos por enquanto, mais interessante. O que talvez não queiramos ver e relutemos em aceitar é que não podemos facilmente determinar que aquilo que irrompe nos protestos pertença ao campo político da esquerda ou da direita. Daí pode vir tanto a radicalização da democracia e da justiça quanto o mal radical, o “pior”, o retorno à ditadura. Dar espaço para que isso permaneça, em alguma medida, indecível é fazer uma aposta no acontecimento, e é a sua única chance, mas implica sempre em um grande risco.

Não se pode esperar uma revolução previsível, com manual de instruções ou mapa. Revoltar-se é, como sugere o título do livro de Žižek (2012b), sonhar perigosamente. Por isso mesmo, é necessária muita atenção. É preciso, digamos, sonhar de uma maneira vigilante.

## 7. Conclusão

Para concluir, não parece excessivo frisar que, não se trata, aqui, de pretender um acesso direto ao acontecimento, sem a mediação de discursos. Sempre haverá

discursos que serão produzidos sobre qualquer acontecimento novo, e o nosso conhecimento sempre se dá por meio desses discursos.

Ainda assim, é preciso cuidado, na medida em que esses discursos ameaçam suplantar a novidade do acontecimento as formas de uma velha linguagem. Essa novidade só poderá ser traduzida, em alguma medida, na invenção de uma nova linguagem, e essa invenção demanda demora, em oposição ao ímpeto imediato de reduzir o acontecimento à linguagem já posta. É talvez uma tarefa que, antes de caber aos cientistas políticos, caberá aos poetas. E, acima de tudo, àqueles que, na presença e no trabalho dos seus corpos, construírem as novas formas do que se manifesta.

Ademais, repetindo aquilo que foi dito na introdução, sempre haverá uma esfera que excederá a toda e qualquer interpretação, a toda e qualquer linguagem. E, ao excedê-la, se colocará como uma barreira, uma aporia concreta, obrigando a esfera da representação a se deixar afetar e, assim, reconfigurar-se a cada vez.

Em um momento em que, talvez mais do que nunca, as instituições responsáveis pela representação no Brasil se mostram em crise – não apenas as da democracia representativa, mas também da mídia e inclusive dos pensadores que estariam responsáveis por fornecer propostas para pensar o que está por vir –, não se trata aqui de voltar a 2013 para fornecer mais uma possível interpretação desse acontecimento, segundo a qual seu verdadeiro sentido tem a ver com a crise da representação, mas sim de recuperar a potência desse acontecimento no agora, como crítica concreta da representação.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AVELAR, Idelber. **O Enigma de Junho**, Parte 1: Os protestos de 2013 e a Amazônia. 28 de abril de 2014. Disponível em

<[http://www.idelberavelar.com/archives/2014/04/o\\_enigma\\_de\\_junho\\_parte\\_i\\_os\\_protestos\\_de\\_junho\\_e\\_a\\_amazonia.php](http://www.idelberavelar.com/archives/2014/04/o_enigma_de_junho_parte_i_os_protestos_de_junho_e_a_amazonia.php)>. Acessado em 5 de fevereiro de 2016.

BARÓN, Francho. A Morte do Cinegrafista Abre Temporada de Caça aos Black Blocs. **El País**. 11 de fevereiro de 2014. Disponível em:

<[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/11/politica/1392145618\\_238636.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/11/politica/1392145618_238636.html)>. Acessado em 5 de fevereiro de 2015.

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre Mito e Linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BUCCI, Eugênio. Violência na linguagem: a forma bruta dos protestos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações: Fontes passionais da violência**. São Paulo: SESC, 2015, p.409-438.

DERRIDA, Jacques. **Force de Loi: Le “fondement mystique de l’autorité”**. Paris: Galilée, 2005.

\_\_\_\_\_. **L’écriture et la Différence**. Paris: Éditions du Seuil, 1967c.

\_\_\_\_\_. **Negotiations**. Stanford: Stanford University Press, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e as Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONZÁLEZ, Luis Javier. A Anistia Teme que Brasil Aplique Crime de Terrorismo a Manifestantes. **El País**. 6 de junho de 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/05/deportes/1401966716\\_107571.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/05/deportes/1401966716_107571.html)>. Acessado em 5 de fevereiro de 2016.

MANSO, Bruno Paes. Violência em Atos Ofusca Movimentos Pacíficos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-em-atos-ofusca-movimentos-pacificos,1092557>>. Acessado em 5 de fevereiro de 2016.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – As Vozes das Ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.7-12.

ROSSI, Marina; BEDINELLI, Talita. Morre Cinegrafista Atingido por um Rojão em Manifestação no Rio. **El País**. 10 de fevereiro de 2014. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/04/ciencia/1454586285\\_816525.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/04/ciencia/1454586285_816525.html)>. Acessado em 5 de fevereiro de 2016.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma Ideia. In: HARVEY, David et al. **Occupy: Os movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012b, p.45-55.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.71-78.

VIANA, Silvia. Será Que Formulamos Mal a Pergunta? In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53-58.



ŽIŽEK, Slavoj. O Violento Silêncio de um Novo Começo. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: Os movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012a, p.15-25.